



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA

RESUMO SEMANAL

**30 de junho a 04 de julho
2025**

Cenário Político

A semana política foi dominada pelo rescaldo da derrota do governo no IOF, desdobrando-se em uma intensa "guerra de narrativas" entre o presidente Lula e o presidente da Câmara, Hugo Motta. Enquanto Motta, em Portugal, negava ter quebrado qualquer acordo e reclamava de ataques e da tentativa do governo de colar no Congresso a imagem de defensor de "lobbies", Lula, na Bahia, o acusava publicamente, classificando a derrubada do decreto como "absurda". Em paralelo, ministros como Gleisi Hoffmann e Jorge Messias tentavam uma operação de distensionamento, repudiando os ataques pessoais a Motta. Nesse mesmo cenário, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, incomodado com a ação do PSOL contra a decisão do Congresso, anunciou um plano para limitar quem pode acionar o STF, numa ofensiva contra a judicialização da política.

O desfecho da crise, contudo, veio do próprio Judiciário na sexta-feira. O ministro Alexandre de Moraes interveio e suspendeu todos os atos sobre o IOF — tanto os decretos do governo quanto o decreto do Congresso que os derrubava. Em sua decisão, Moraes citou "séria e fundada dúvida" sobre a constitucionalidade de ambos os lados e deu um prazo de cinco dias para que os Poderes se expliquem. Para solucionar o impasse, o ministro convocou uma audiência de conciliação para o dia 15 de julho, buscando uma solução conjunta. A medida foi celebrada por Hugo Motta, que afirmou que a decisão está "em sintonia com o desejo da maioria" da Câmara, pois impede a alta do imposto e força uma trégua, levando a negociação para a mediação da Suprema Corte.



Reforma Administrativa

Em participação no 13º Fórum Jurídico de Lisboa, o presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou que o foco principal da reforma administrativa em discussão no Congresso é a modernização e a eficiência da máquina pública, e ressaltou que a intenção não é "perseguir ou prejudicar" os atuais servidores.

Segundo Motta, a proposta busca estabelecer novos parâmetros de desempenho, com a criação de marcos regulatórios baseados em metas. O cumprimento dessas metas seria o critério para que os servidores recebam gratificações e consigam promoções e avanços na carreira, o que, segundo ele, resultaria em um serviço público de melhor qualidade para a população.

Ele justificou a necessidade da reforma argumentando que o Estado brasileiro está "atrasado" em comparação com a eficiência da iniciativa privada, o que impacta áreas essenciais como saúde, educação e segurança.

Pagamento de Emendas

A cúpula do Congresso Nacional, liderada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, articula a criação de um calendário para obrigar o governo Lula a pagar as emendas parlamentares antes das eleições de 2026. A proposta será inserida no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e visa potencializar o uso dos recursos nas campanhas dos atuais parlamentares.

A missão de elaborar o cronograma foi dada ao novo relator da LDO, deputado Gervásio Maia. A ideia é que o governo seja obrigado por lei a reservar os recursos (empenho) das emendas individuais e de bancada no primeiro semestre de 2026 e a pagar as transferências diretas, conhecidas como "emendas Pix", até setembro, antes das vedações do período eleitoral.

O movimento reflete a profunda desconfiança do Congresso em relação ao governo. Parlamentares temem que o Planalto atrase propositalmente a liberação dos recursos para diminuir o impacto eleitoral das emendas, especialmente para os congressistas que não apoiarão a reeleição de Lula. O governo, por sua vez, é contra a medida, argumentando que um calendário fixo em lei "engessa" a gestão orçamentária e retira a flexibilidade para lidar com imprevistos fiscais.

Crise do IOF vira 'guerra digital' entre Planalto e Câmara

Após a derrota na votação do IOF, o governo e o PT lançaram uma forte ofensiva digital para enquadrar o Congresso como "inimigo do povo" e defender sua pauta de "justiça tributária". Em resposta, o presidente da Câmara, Hugo Motta, embora se diga "tranquilo", avisou a aliados que possui um arsenal de ferramentas para retaliar caso a pressão do Planalto se intensifique.

A campanha governista, que tem sido bem-sucedida em pautar o debate nas redes, utiliza vídeos (alguns com IA), influenciadores e perfis ligados ao PT para disseminar a narrativa e atacar diretamente Motta. A estratégia foi coordenada em uma reunião virtual entre o partido e cerca de 300 influenciadores, com a orientação de "ir para a guerra" digital.

Motta, por sua vez, avalia que o confronto fortaleceu sua liderança e lembra que o Legislativo tem como reagir. Ele cita, por exemplo, a possibilidade de derrubar eventuais vetos presidenciais e de deixar Medidas Provisórias (MPs) do governo caducarem ao não pautá-las para votação dentro do prazo de 120 dias.

O movimento expõe uma contradição no governo: enquanto a máquina digital ataca, a ala política, representada pela ministra Gleisi Hoffmann, tenta conter os danos e repudia publicamente os ataques pessoais a Motta, evidenciando a dificuldade de conciliar a mobilização da base com a necessidade de negociar com o Congresso.

Indicações para STJ e TSE

A nomeação de três novos ministros para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) está parada na mesa do presidente Lula, travada por complexas disputas políticas. A escolha para cada vaga envolve acenos a diferentes "padrinhos" de peso no governo e no Judiciário, e uma das nomeações está condicionada a um grande rearranjo político regional.

No TSE, há duas vagas em aberto. Para uma, o favorito é Floriano Marques Neto, que conta com o apoio do ministro Alexandre de Moraes. A outra é palco de uma disputa acirrada entre a advogada Vera Lúcia Araújo, apoiada pelo ministro Ricardo Lewandowski e pela primeira-dama Janja, e Estela Aranha, que tem o respaldo dos ministros Flávio Dino e Gleisi Hoffmann.

O impasse mais longo é o do STJ, cuja lista de candidatos está com Lula desde outubro de 2024. O presidente deseja nomear a procuradora alagoana Maria Marluce, mas condiciona a indicação a uma manobra política: seu sobrinho, o prefeito de Maceió, JHC, teria que deixar o PL de Bolsonaro e se aliar ao governo, um movimento que depende de um difícil acordo com Arthur Lira e Renan Calheiros em Alagoas. Diante desse xadrez, não há previsão para as nomeações.

Agenda



Reunião com o Relator da “PEC da Segurança Pública”

Tivemos uma reunião bastante produtiva nesta quarta-feira (04), com o deputado Mendonça Filho (UNIÃO-PE), relator da PEC da Segurança Pública. O parlamentar reiterou seu compromisso com o avanço da proposta e solicitou apoio para seguir à frente da relatoria.

Durante o encontro, destacou que a intenção é, de fato, modernizar o modelo de investigação no país, mencionando inclusive pontos que vêm sendo defendidos pela Federação.

Notícias da Semana



Lula inicia articulação para restabelecer diálogo com Hugo Motta

veja



Centrão agora quer limitar ações no STF contra abusos do Congresso

O GLOBO



Às vésperas do Brics, PF pede verba para ações de segurança

CNN



Crises permanentes de governabilidade são uma tendência, diz Dino no 'Gilmarpalooza'

FOLHA DE S.PAULO



Lula avalia 'lavar as mãos' para não sancionar nem vetar projeto que amplia número de deputados

ESTADÃO 



Sessão Deliberativa Extraordinária

Quinta-feira (03) - 14h

PDL 166/2022 - Acordo de cooperação policial entre fronteiras do Mercosul

PDL 166/2022 - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - Aprova o texto do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Resultado: aprovado. A matéria vai à Promulgação.



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (01) - 11h - Local : Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PL 2693/2024 - Prevê hipótese outras hipóteses da legítima defesa para os agentes de segurança pública

PL 2693/2024 - senador Carlos Viana (PODE-MG) - Altera do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prevê hipótese outras hipóteses da legítima defesa para os agentes de segurança pública.

Resultado: aprovado. A matéria vai à CCJ.

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Quarta-feira (02) - 09h - Local : Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PL 570/2024 - Libera pais do trabalho para vacinação de filhos

PL 570/2024 - senador Weverton (PDT-MA) - Acrescenta inciso ao art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ao art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para determinar a concessão, ao servidor ou ao empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho ou dependente menor.

Resultado: retirado de pauta.

**Sem Matérias de Interesse no
Plenário Câmara dos
Deputados Nesta Semana.**

GT da Reforma Administrativa

Terça-feira (01) - 10h - Local : Anexo II, Plenário 12

Audiência Pública:

Reforma administrativa: especialistas acadêmicos

Convidados:

- RAFAEL RODRIGUES VIEGAS, Cientista político, PhD em Administração Pública e Governo, Professor da FGV SP e Pesquisador da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);
- HUMBERTO FALCÃO MARTINS, Professor da Fundação Dom Cabral na área de gestão pública;
- NELSON MARCONI, Professor e Coordenador do Curso de Administração Pública da EAESP FGV;
- SERGIO PINHEIRO FIRPO, Professor Titular de Economia do Insper. Ph.D. em economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley;
- CARLOS ARI SUNDFELD, Professor Titular da FGV DIREITO SP e Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público;
- CLÁUDIA SOUZA PASSADOR, Professora Titular da USP;
- CARLOS VAINER, Professor Emérito da UFRJ.

Resultado: Audiência Realizada.

Comissão de Administração e Serviço... (CASP)

Terça-feira (01) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 08

PL 2591/2023 - Regulação de Consignado para Servidores Públicos

PL 2591/2023 - dep Maria do Rosário (PT-RS) - Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022....

Resultado: aprovado. A matéria vai à CFT.

GT da Reforma Administrativa

Terça-feira (01) - 15h - Local : Anexo II, Plenário 14

Audiência Pública:

Reforma administrativa: entidades representativas carreiras jurídicas

Convidados:

- **FREDERICO MENDES JÚNIOR** - Associação dos Magistrados Brasileiros;
- **VITOR PINTO CHAVES** - Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais;
- **VALÉRIA FERREIRA** - Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional;
- **NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA** - Associação Nacional dos Advogados da União ;
- **LUCIANA BREGOLIN DYTZ** - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais;
- **FERNANDA FERNANDES** - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos;
- **JOSÉ SCHETTINO** - Associação Nacional dos Procuradores da República;
- **VICENTE BRAGA** - Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal;
- **VALTER PUGLIESE** - Associação Nacional das Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho;
- **TIAGO RANIERI DE OLIVEIRA** - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho;
- **CAIO MARINHO** - Associação dos Juízes Federais do Brasil;
- **TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM** - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público;
- **WALLACE PAIVA MARTINS JÚNIOR** - Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União;
- **EDILSON DE SOUSA SILVA** - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil;
- **SONIA MARIA FERREIRA ROBERTS** - Associação Nacional de Magistrados Aposentados do Poder Judiciário da União e Membros Aposentados do Ministério Público da União e seus pensionistas.

Resultado: Audiência Realizada.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (01) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 4618/2024 - Autoriza agentes de segurança pública a adquirir até seis armas de fogo de uso restrito

PL 4618/2024 - Sargento Gonçalves (PL-RN) - Altera a redação do artigo 6º da Lei 10.826, de 2003, para autorizar agentes de segurança pública, ativos e inativos, previstos no artigo 144 da Constituição Federal e guardas municipais, a adquirir até seis armas de fogo de uso restrito ou permitido e suas munições.

Resultado: aprovado. A matéria vai á CCJC.

PL 3517/2023 - Institui o Plano Nacional de Fronteiras (PNPF)

PL 3517/2023 - Marcos Pollon (PL-MS) - Institui o Plano Nacional de Segurança de Fronteiras - PNPF, altera a Medida Provisória N° 2.045-7, de 21 de dezembro de 2000, que Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.

Resultado: pedido de vista concedido.



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*